

Relações Bilaterais. São Paulo, Aduaneiras, 2006.

RICOBOM, Gisele. **A integração sul-americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da universidade.** Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais, UNUBRASIL, Curitiba, 2010.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Integração Sul-Americana – Projetos e Perspectivas.** Palestra apresentada no VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, em 09/10/2006, na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro. Ibérica, Revista Interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos.

SILVA, Antonio. L.; FLÔR, Cláudio. **UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e Cooperação: Lições da Cooperação Militar entre as Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai.** Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.17 n. 2 p. 1- jul/dez 2011.

SILVA, F. J. S. S. **O poder militar brasileiro como instrumento de política externa.** In SILVA FILHO, E. B.; MORAES, R. F. (orgs.). **Defesa Nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **Guerra e Antiguerra: sobrevivência na aurora do Terceiro Milênio.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1995.

VILLA, Rafael A. D.; MEDEIROS FILHO, Oscar. **Agências de Segurança e Defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança.** Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), realizado nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2007.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the Social construction of power politics.** International Organization, v. 46, n. 2, p. 391-425, primavera 1992.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Nota Nr 265, Distribuição 22, do Ministério de Relações Exteriores, Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília, 23 de maio de 2008.

² Os objetivos da UNASUL estão expostos no sítio web da organização: <www.unasursg.org/es/objetivos-especificos>. Acesso em 15 out 2016.

³ A intervenção levada a cabo pelos EUA na Colômbia foi baseada no mecanismo conhecido como securitização, descrito por Barry Buzan (1998, p. 27-31), apresentando relevância no entorno estratégico brasileiro e na problemática amazônica.

⁴ Política equatoriana, ex-presidente e vice-presidente do Equador; a Dra. Artega foi a primeira Secretária-Geral da OTCA.

⁵ Consejo de Defensa Suramericano (CDS). Disponível em <www.unasursg.org/es/node/21>. Acesso em 13 out 2016.

Participação do Exército Brasileiro em operações de paz

Breve análise e perspectivas de futuro

Rodrigo Campos Torrezam*

Introdução

O Brasil, há muito tempo, vem contribuindo com o esforço de organismos internacionais de paz, quer pelo envio de observadores militares desarmados, quer pela inserção de tropas armadas nas áreas conflagradas. Os objetivos têm sido monitorar o cessar-fogo entre as partes envolvidas e desenvolver as melhores condições para o pleno restabelecimento da paz regional.

O país foi um dos membros fundadores da Liga das Nações,¹ criada com o fim da 1ª Guerra Mundial (ABFIPONU, 2015). Ao término da 2ª Guerra Mundial, participou da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, tendo Oswaldo Aranha — chefe da delegação brasileira na ONU — realizado a abertura da primeira sessão especial da Assembleia Geral, em 1947, inaugurando a tradição, que se mantém até os dias de hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador naquele fórum.

Segundo o Ministério da Defesa (BRASIL, 2015b), o Brasil participa de operações de paz desde a década de 1930 e de missões de paz da ONU desde 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados

à região dos Bálcãs. Com tropa, a primeira participação brasileira no âmbito da ONU ocorreu em 1956, com a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU), para pôr fim à crise no Canal de Suez entre Egito e Israel. Nesse contexto, já participou de mais de 50 missões de paz, tendo contribuído com mais de 33.000 militares, policiais e civis, segundo o MRE (BRASIL, 2017).

Segundo Brasil (2015),

a participação em missões de paz vem trazendo crescente prestígio à política externa e ao Exército Brasileiro, aumentando a projeção nacional no cenário mundial.

Nos últimos anos, especialmente após o término da Guerra Fria, com a queda do muro de Berlim, em 1989, e o fenômeno da globalização, inclusive de problemas e conflitos, tem-se observado uma crescente participação do Exército Brasileiro (EB) em missões dessa natureza, buscando colaborar com a paz e o desenvolvimento mundial.

As missões de paz têm sido usadas como uma forma de treinar pessoal das FA e projetar poder militar, enfatizando a estratégia da dissuasão, além de fortalecer a imagem do país no contexto internacional.

* Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07, ECEME/16), especializado em Estudos de Política e Estratégia (ADESG/12). Foi observador militar da Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão (UNMIS/10-11).

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005, p. 07) cita que

a persistência de ameaças à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento das nossas Forças Armadas, com ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa.

Define, ainda, como Objetivos Nacionais de Defesa:

V – contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;

VI – intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

Segundo o *site* oficial do Exército Brasileiro (BRASIL, 2015), as perspectivas em âmbito internacional tendem para a concessão de mandatos por parte da ONU a fim de que organismos regionais conduzam operações de manutenção de paz, diminuindo, assim, o controle direto da ONU nas operações. Apesar da tendência de redução de operações de paz com emprego de tropa no curto e médio prazo, em razão do seu alto custo e das dificuldades de atingir resultados definitivos, as Nações Unidas devem continuar a conduzir operações de manutenção de paz nos próximos anos.

Segundo Salvador (2007, p. 11), o Brasil é hoje um dos maiores colaboradores para com as operações de paz das Nações Unidas, contribuindo tanto nos fóruns do Comitê Especial sobre Operações de Paz, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, como na disponibilização de tropas, observadores militares, policiais e civis.

Para a Força Terrestre, ainda segundo o *site* oficial do Exército Brasileiro (BRASIL, 2015), “o emprego de forças militares em operações de paz continuará a ser uma constante nos próximos anos”, e o EB deve, portanto, estar preparado para receber essas missões, conforme determina a PND, e mais, deve buscar alternativas de participação, com a preparação de tropas de diversas naturezas, capazes de compor forças de paz.

Breve retrospectiva da participação militar brasileira em operações de paz sob a égide das Nações Unidas

Após a participação na FENU, em que, segundo Seitenfus (2008),

além da supervisão da região do Canal de Suez, os militares brasileiros foram encarregados de manter a paz e a segurança na Faixa de Gaza e na fronteira internacional da Península do Sinai em sua face ocidental,

o Brasil garantiu sua participação nos Bálcãs, como mediador na Guerra da Grécia, através da Delegação Brasileira da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs – UNSCOB, criada em 21 de outubro de 1947 pela Resolução 109 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas (SALVADOR, 2007, p. 07).

Cabe ressaltar que o Brasil teve dois comandantes da força militar da FENU. De janeiro de 1964 a agosto de 1964, o general de divisão Carlos F. Paiva Chaves e, de janeiro de 1965 a janeiro de 1966, o general de divisão Syseno Sarmento (SEITENFUS, 2008, p. 04).

Segundo Fontoura (1999), pode-se dizer que o Brasil, até o ano de 1999, não

tinha tradição em matéria de participação com tropa em forças multinacionais autorizadas pelo Conselho de Segurança. Foram identificadas apenas três ocasiões em que o Brasil se viu frente à possibilidade de participar dessas Forças. A primeira, no caso da Guerra da Coreia, tendo o pedido não sido aceito; uma segunda, no Zaire (1996), para compor uma Força Multinacional no contexto de uma intervenção humanitária, que não prosperou; e a do Timor Leste, com a efetiva participação.

A Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET) teve início em junho de 1999.

O Brasil, a convite da ONU, enviou cinco oficiais de ligação, seis policiais e vinte e dois observadores eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência do país; porém, devido a uma onda de violência que assolou o país, no mesmo ano, a ONU criou a Força Internacional no Timor Leste (INTERFET), tendo o EB participado com um pelotão de Polícia do Exército (PE) reforçado com elementos de saúde e comunicações. Em fevereiro de 2000, com o fim da violência e a retirada das tropas indonésias, a ONU criou a Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor Leste (UNTAET), sob a chefia do brasileiro Sérgio Vieira de Mello. (SEITENFUS, 2008, p. 06).

Missão	Localização	Militares	Policiais	Civis	Período
UNEF I	Sinai e Faixa de Gaza	6.300	-	-	1957-1967
ONUC	Congo	179	-	-	1960-1964
UNSF	Nova Guiné Ocidental	2	-	-	1962
DOMREP	República Dominicana	1	-	-	1965-1966
UNMOGIP	Índia/Paquistão	10	-	-	1965-1966
UNFICYP	Chipre	20	-	1	1964-1967
UNAVEM I	Angola	16	-	-	1988-1991
ONUCA	América Central	34	-	-	1990-1992
UNAVEM II	Angola	77	39	4	1991-1995
ONUSAL	El Salvador	63	16	5	1991-1995
ONUMOZ	Moçambique	218	66	16	1993-1994
UNOMUR	Ruanda/Uganda	13	-	-	1993-1994
UNPROFOR	ex-Iugoslávia	90	23	-	1992-1995
UNTAC	Camboja	-	-	19	1993
UNOMIL	Libéria	3	-	-	1993
MINUGUA	Guatemala	39	37	-	1994-2001
UNOMSA	África do Sul	-	-	12	1994
UNAVEM III	Angola	4.174	48	-	1995-1997
UNCRO	Croácia	2	1	-	1995-1996
UNPREDEP	Macedônia	5	-	-	1995
UNTAES	Eslovênia Oriental	9	2	-	1996-1998
UNMOP	Península de Pevlaka	5	-	-	1996-2006
MONUA	Angola	35	39	-	1997-1999
UNAMET/ UNTAET	Timor Leste	62 ¹	18	19	1999-2006
MINUSTAH	Haiti	6.000	-	-	2004-2006

Tabela 1 – O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas 1957-2006

Fonte: adaptado de SEITENFUS (2008, p. 5 e 6)

Comentário do autor: Esse número não nos parece fidedigno, tendo em vista que, segundo a ABFIPONU (2015), a média de efetivo no Timor era de 120 militares, entre oficiais observadores militares, integrantes do Quartel-General das Forças de Paz, uma companhia de Polícia do Exército e policiais militares. O efetivo nem sempre foi de uma companhia, tendo sido reduzido a um pelotão reforçado em 2002; portanto, um número mais adequado nos parece que seria próximo de um total de 400 militares.

A **Tabela 1** apresenta um resumo dos efetivos brasileiros enviados para operações de paz da ONU no período de 1957 a 2006.

Na tabela, é possível verificar que os maiores efetivos enviados pelo Brasil foram para a UNEF I – Sinai e Faixa de Gaza (6.300 militares), UNAVEM III – Angola (4.174 militares) e MINUSTAH – Haiti (6.000 militares até 2006). Esses números são devidos à participação brasileira com tropas de grandes efetivos (valor batalhão ou superior) nessas OMP. Além dessas, o EB participou com tropas na UNAMET/ UNTAET e na ONU-MUZ, em Moçambique.

Observa-se ainda que a participação de militares em missões de paz da ONU

Sigla	Nome da Missão	País
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendum no Saara Ocidental	Saara Ocidental
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti	Haiti
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre	Chipre
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano	Líbano
MONUSCO	Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo	República Democrática do Congo
UNISFA	Força Interina de Segurança das Nações Unidas em Abyei	Abyei
UNOMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria	Libéria
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul	Sudão do Sul
UNOCI	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim	Costa do Marfim

Tabela 2 – Missões de paz da ONU em curso, com participação de militares brasileiros

Fonte: BRASIL (2017)

ocorreu de forma contínua nos períodos de 1957 a 1967 e de 1989 até os dias atuais, sendo que, a partir dos anos 90, a participação se intensificou, evidenciando a projeção internacional e de inserção do Brasil e do EB no concerto das nações.

Participação atual de tropas do Exército Brasileiro em missões de paz das Nações Unidas

Segundo o MRE (BRASIL, 2017), mais de 1.700 militares brasileiros das três Forças singulares participavam de nove das dezesseis missões de paz ao redor do mundo, sob a égide

de da ONU. A **Tabela 2** apresenta as nove missões em que o Brasil toma parte atualmente.

O Exército toma parte de todas elas, seja com observadores militares, seja com oficiais de ligação ou como parte dos estados-maiores da missão, à exceção da UNIFIL (participação exclusiva da Marinha), o que significa dizer que o EB tem responsabilidade em 90% das missões da ONU em que o Brasil toma parte e em 50% do total de missões da Organização.

A **Tabela 3** apresenta os efetivos militares que atuaram nas missões do Brasil com tropa entre os anos de 2004 e 2012. Cabe ressaltar que, em cada ano, estão computados dois contingentes na MINUSTAH, à exceção

Efetivos de tropas em operações de paz na MINUSTAH e na UNIFIL

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
MINUSTAH	1.200	2.400	2.396	2.396	2.396	2.396	43.96	4.395	2.099
FTM-UNIFIL	-	-	-	-	-	-	-	261	267

Tabela 3 – Efetivo de tropas brasileiras em OMP

Fonte: BRASIL (2012a, p. 163)

de 2004 e 2012, o que significa dizer que somente 50% dos efetivos estiveram presentes ao mesmo tempo em solo haitiano.

Observa-se que a principal missão em que o Exército toma parte é a MINUSTAH, tendo inclusive seu comando militar desde o início. Segundo dados da ONU de outubro de 2014, do total de 2.338 militares como tropa (contingente autorizado pela resolução 2.180 – Conselho de Segurança, de 14 out. 2014), o Brasil contribuía, à época, com 982 militares, sendo 15 mulheres (ONU, 2015, p. 5), caracterizando-se como o principal contribuinte de tropas para essa importante missão, com quase 45% de seu efetivo, sendo que esse efetivo já foi mais que o dobro do atual, por um período de dois anos após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010 (ver **Tabela 3**). Em maio de 2017, o total era de 1.505 (ONU, 2017a, p. 1), sendo 968 brasileiros, destes, 19 mulheres (ONU, 2017, p. 5), o que representa aproximadamente 64% do atual efetivo militar da MINUSTAH. Até o final da missão, o Brasil terá enviado mais de 35 mil militares.

No Haiti, o EB, por intermédio da Companhia de Engenharia Militar, tem participado do esforço de desenvolvimento daquele país, desempenhando atividades como perfuração de poços artesianos, construção de pontes e açudes, contenção de encostas, construção e reparação de estradas, além de atuar em missões de defesa civil, sobretudo após o terremoto ocorrido em 2010² e a passagem do furacão Matthew em 2016.

As ações realizadas pelo Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Haiti objetivam a manutenção do controle da área de responsabilidade do BRABATT e contri-

buem para a segurança e estabilidade de Porto Príncipe. Cabe destacar que o Batalhão realiza mais de 3.000 patrulhas por mês nas ruas da capital haitiana (DEFESANET, 2015a).

A MINUSTAH, para as tropas do EB, está com seus dias contados, tendo em vista a resolução 2.350, do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), que determinou o fim dessa missão em 15 de outubro de 2017. Desde a resolução 2.243 do CSNU, de 14 de outubro de 2015, em que já se previa o fim da missão, não ocorrido conforme planejado devido à passagem do furacão Mathew, o EB estuda, em coordenação com o MD e MRE, o envio de tropas para outras missões de paz, sendo a hipótese mais cogitada atualmente o envio de tropas para a UNIFIL, na qual, atualmente, a Marinha do Brasil (MB) tem papel preponderante, ou para países da África — Mali, Congo ou Sudão do Sul. Essas assertivas são ratificadas no artigo *O Brasil vai enviar tropas para outra missão de paz após deixar o Haiti?* (KAWAGUTI, 2016).

O envio de tropas à África seria um novo desafio para as tropas brasileiras, devido à distância do Brasil (praticamente o dobro da distância para o Haiti), o que demandaria uma grande operação logística. Nesse aspecto, o Líbano seria a opção mais viável economicamente, devido à atual presença da MB na missão e, culturalmente, devido aos laços entre os dois países, decorrentes da imigração (KAWAGUTI, 2016). A experiência do envio de tropas a Angola e Timor Leste com certeza certifica a capacidade de vencer esse obstáculo e, aparentemente, o EB está disposto a aceitar novos desafios, por confiar em sua capacidade de planejamento

e coordenação, além de acreditar na capacidade operacional de seus homens para o cumprimento da missão com grande êxito, apesar dos óbices que se apresentariam; porém, conforme enfatiza a pesquisadora Eduarda Hamann (*apud* Kawaguti, 2016), “o Itamaraty tradicionalmente tem um peso muito grande no processo decisório”.

A participação de tropas do Exército Brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas e seus aspectos positivos e negativos

Conforme vimos, a principal missão de que o EB faz parte atualmente é a MINUSTAH.

A missão no Haiti também possibilita às forças participantes a oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos bem como de manter o intercâmbio com tropas de outros países. (BRASIL, 2012a, p. 162)

A pesquisa realizada por Júnior (2013, p. 156 e 157) demonstrou que o emprego das viaturas blindadas de transporte de tropa Urutu em operações na MINUSTAH propiciou ensinamentos que foram empregados com êxito em GLO, além de aprimorar o adestramento das guarnições, bem como permitiu o aprimoramento do material de emprego militar. Os resultados da pesquisa demonstram, ainda, que

os militares que têm oportunidade de integrar o Esqd Fuz Mec F Paz desenvolvem um nível de conhecimento [...] que os torna positivamente diferenciados em relação a seus pares. (JÚNIOR, 2013, p. 157)

O mesmo estudo apresenta que a capacidade de liderança dos militares que participaram da MINUSTAH foi potencializada positivamente por essa experiência.

A experiência do Exército Brasileiro em missões de paz tem mostrado que as operações de manutenção da paz (OMP) se configuram em uma excelente oportunidade para o aprimoramento técnico e operacional de uma parcela da Força Terrestre, além do aperfeiçoamento dos equipamentos militares em uso em situação real. Esse adestramento e aperfeiçoamento de equipamentos é refletido em toda a Força quando do retorno desses militares e equipamentos para as OM de origem, gerando benefício para todo o Exército.

Finalmente, é importante ressaltar que essas operações criaram condições para o desenvolvimento de uma doutrina militar que contemplasse as técnicas de intervenção de tropa em conflitos de baixa intensidade. Para tanto, cada contingente vem apresentando significativa contribuição. O Centro de Instrução de Operações de Paz, em parceria com o Centro de Instrução de Blindados, vem desempenhando relevante papel de compilação e divulgação das valiosas lições aprendidas em solo haitiano. (SANTOS, 2007, p 10)

Desde o início das operações no Haiti, observou-se, por todos os integrantes da Força Terrestre, um aperfeiçoamento gradual dos equipamentos de uso individual do combatente. As operações que iniciaram basicamente com soldados equipados com capacete, colete balístico e suspensório, hoje contam com óculos de proteção UV e contra estilhaços, luvas e proteções nos joelhos

e cotovelos, câmeras acopladas aos capacetes para filmagem das ações, colete tático operacional configurável, bandoleira de três pontos para o armamento, mochilas de hidratação em substituição ao cantil, entre outros equipamentos individuais que permitem maior nível de operacionalidade ao militar brasileiro.

Importante foi a evolução do trabalho de comando exigido no contexto das operações em amplo espectro. Em todos os níveis, devido à necessidade patente na situação real de conflito, as técnicas de planejamento, redação e emissão de ordens foram aperfeiçoadas pelos militares participantes dessas operações. Da mesma forma, houve grande ganho na prática da administração de pessoal e material nas OMP, que foi transplantado para o dia a dia dos quartéis, gerando grande ganho de eficiência administrativa na Força.

Segundo DEFESANET (2015b), passados dez anos de operação no Haiti, o Brasil tornou-se referência internacional em treinamento de tropas para missões de paz, realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), criado a partir do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), do Exército Brasileiro.

“As visitas, cooperações internacionais e intercâmbios aumentaram muito depois da pacificação de regiões violentas no Haiti, como Cité Soleil, em 2007”, disse o coronel José Ricardo Vendramin Nunes, comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. (CCOPAB). (DEFESANET, 2015b)

Essa busca deve-se às características urbanas das operações da MINUSTAH, diferentemente da grande maioria das opera-

ções de paz, que ocorre em ambiente rural. O CCOPAB treina dezenas de oficiais estrangeiros por ano. O tenente-coronel Mangez, do Exército Francês, citou: “Acho importante a experiência do Brasil em treinar grandes contingentes, como faz para a Minustah” (DEFESANET, 2015b).

A forma de atuação no Haiti, com o processo de retomada do território de um grupo armado criminoso, seguido do estabelecimento de pontos fortes e realização de patrulhamentos intensivos, evitando o restabelecimento dos criminosos no local, serviu de doutrina base para a instalação de unidades de polícia pacificadora (UPP) nas comunidades do Rio de Janeiro (DEFESANET, 2015b).

Em aula da disciplina de contrainsurgência,³ ministrada em 31 de agosto de 2015, na ECEME, foi senso comum entre os oficiais-alunos brasileiros presentes, bem como entre os instrutores (um americano e um espanhol) e o palestrante paquistanês, que as experiências obtidas nas operações do EB na MINUSTAH contribuem significativamente para seu adestramento em caso de futuro emprego em um ambiente de contrainsurgência, um tipo de conflito moderno de difícil solução militar e de adestramento peculiar e diverso do combate convencional. Assim, a experiência no ambiente operacional do Haiti contribui sobremaneira para que a Força Terrestre esteja apta ao cumprimento de suas missões, caso seja exigida em operações dessa natureza.

As OMP permitem ao EB valorizar seus recursos humanos por meio do voluntariado para participar nesse tipo de missão. Dentre os militares voluntários, são selecio-

nados os que possuem melhor desempenho profissional (DEFESANET, 2015b), incentivando todos a buscarem a máxima eficiência em sua rotina de trabalho, além da proficiência em idiomas estrangeiros.

Segundo Cardoso (1998, p. 141), um dos fatores positivos para a participação do EB em OMP é o fato de possibilitar perceber recursos para o preparo e emprego da Força, de forma complementar o orçamento anual de defesa.

Os gastos do governo brasileiro são altos para manter as tropas no exterior, e somente parte destes é reembolsada pela ONU. Esses recursos representam para o Exército

um investimento extra, que provavelmente não seria recebido, caso a tropa não estivesse em OMP (FONTOURA, 1999, p 297 a 299).

A **Tabela 4** apresenta os recursos gastos pelo governo brasileiro com a MINUSTAH e com a UNIFIL, além do repasse da ONU ao governo brasileiro. Logicamente, nem todo o recurso apresentado na tabela é destinado ao EB.

Um dos principais aspectos negativos a ser levado em consideração é o questionamento da sociedade em geral sobre o fato de o Exército estar atuando no exterior em OMP ao invés de atuar colaborando com a segurança pública no país.

Oliveira (2010, p. 56) cita que as tropas do Exército Brasileiro inscritas como United Nations Stand-by Arrangements System (UNSAS) — tropas de emprego imediato da ONU —, com prontificação em até 180 dias e dependendo de aprovação do Congresso, quando do início da missão do Haiti, eram:

- um hospital de campanha (conhecido na ONU como hospital nível 2), com efetivo total de 48 militares;
- um pelotão de helicópteros médios de transporte, com quatro helicópteros, com efetivo total de 70 militares; e
- um pelotão de polícia (PE) do Exército Brasileiro, com efetivo total de 48 militares.

Segundo FONTOURA (1999, p. 151 a 159), a existência desse compromisso com a ONU obriga o Exército a manter constante atenção no adestramento e disponibilidade dessas frações, que podem vir a ser solicitadas a entrar em operações de paz dentro do prazo acordado. Assim, essa responsabilidade passa a ser fator de constante preocupação da Força, que não pode descuidar do preparo desses contingentes, sob pena de pôr em risco o compromisso do Brasil com a organização e, conseqüentemente, a imagem do Exército Brasileiro na esfera internacional.

Além do mais, essa inscrição de tropas na UNSAS implica a disponibilidade de meios (FONTOURA 1999, p. 151 a 159). Oliveira (2010, p. 58 e 59) cita que os meios informados não foram empregados na MINUSTAH, visto que o BRABATT estruturado pelo EB não fazia parte das tropas inscritas, mas sim um batalhão da Marinha, e certamente foi necessário reunir inúmeras

unidades para depois dar início ao processo de aquisição e reposição. O mesmo autor prossegue dizendo:

Apesar da flexibilidade demonstrada, rapidamente reunindo e enviando tropas aprestadas, demonstrou-se, também, posicionamento dúbio em relação ao sistema de pronto emprego da ONU, provavelmente atingido o prestígio do Brasil, com reflexos para a dissuasão obtida com o comportamento operativo da tropa. Possivelmente um equívoco estratégico. (OLIVEIRA, 2010, p. 59)

Essa indisponibilidade de curto prazo de tropas para a UNSAS, aliada à crescente demanda por participação do Brasil em OMP, pode causar transtornos ao Exército e enfraquecer sua imagem no âmbito internacional. O caso típico foi o envio de um segundo batalhão de força de paz para o Haiti quando do terremoto ocorrido naquele país em 2010, conforme atestou o Manual do Processo de Transformação do Exército:

A crise vivida no Haiti colocou em evidência a restrita capacidade de a Força Terrestre projetar força e fazer face a situações de contingência, o que poderia ter colocado em risco nossa capacidade de manter o protagonismo entre os demais países ali presentes. Para desdobrar um segundo contingente, foram necessárias três semanas e a participação de 84 organizações militares.

[...]

Diante dessas dificuldades, setores da sociedade poderão questionar a razão de ser de um Exército de cento e oitenta mil integrantes, que consome um orçamento anual de 22 bilhões de reais, mas que não está em condições de atuar com presteza e eficiência em situações que, embora ines-

	Gastos do Governo brasileiro		Repasse da ONU**
	em R\$ milhões		em R\$ milhões
	MINUSTAH	UNIFIL	MINUSTAH
2004	148,07	-	12,59
2005	142,38	-	77,57
2006	80,67	-	51,59
2007	112,10	-	42,63
2008	127,92	-	95,01
2009	125,41	-	20,08
2010*	673,86	-	80,02
2011	245,06	43,20	125,61
2012***	14,53	6,52	18,87
Total	1.670,00	49,72	523,97

Tabela 4 – Gastos do Governo brasileiro e repasses da ONU

Fonte: BRASIL (2012a, p. 163)

(*) Os valores de 2010 englobam o emprego da tropa, a ativação do 2º Batalhão de Infantaria de Força de Paz e os recursos destinados a ajuda humanitária.

(**) Não há reembolsos da ONU quanto à UNIFIL, pois o memorando de entendimento ainda está em negociação.

(***) Dados computados até junho de 2012.

peradas, constituem-se na razão de ser de uma Força Terrestre.

Poder-se-ia perguntar: o que fará o Exército se nossa soberania for ameaçada em épocas do ano em que as unidades ainda não tenham iniciado o seu adestramento? (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010, p.18)

Outro aspecto negativo relevante é o aumento do risco de perda de militares em serviço quando em missões reais no exterior, como é o caso das OMP.

É certo que a decisão política de participar das operações de manutenção da paz, sempre sujeita a algum risco, não pode ser ditada pelo receio do Governo à eventual reação da opinião pública brasileira ante possíveis acidentes envolvendo nossas tropas e nossos observadores. O Governo deve, entretanto, fomentar complementarmente, junto à opinião pública, maior consciência sobre todas as possíveis implicações e consequências desse tipo de engajamento, divulgando informações adequadas e tempestivas. [...] (FONTOURA, 1999, p. 268)

Pôde-se verificar a sensibilidade do fato quando da ocorrência do terremoto no Haiti, ocasião em que vários militares brasileiros perderam suas vidas em solo estrangeiro. Na oportunidade, houve comoção nacional, além do questionamento mais acirrado da necessidade da atuação da tropa brasileira no exterior. Considerando que as mortes ocorreram por um acidente natural, pode-se imaginar que, se o mesmo número de mortos decorresse de combates, as críticas à missão e atuação das tropas no exterior seriam muito mais enérgicas, o que demandaria muita ação de comunicação social por parte do Exército e do Governo brasileiros,

além do provável desgaste da imagem da Força.

Existe ainda a possibilidade de contaminação da tropa por doenças endêmicas, visto que o ambiente das OMP normalmente é o de países com pouca infraestrutura de saúde pública e baixo nível de higiene. O Haiti, por exemplo, é um país com alto índice de malária, o que obriga a tropa a tomar mefloquina⁴ semanalmente para evitar a doença, sendo que as reações adversas dessa medicação são controversas. Além disso, as perdas podem ganhar conotação dramática, comprometendo a imagem da Força e das missões de paz:

Apesar de poucos brasileiros terem falecido em razão da participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas, as fatalidades costumam ser veiculadas pela imprensa em tons emocionais, repercutindo fortemente junto à opinião pública e aos círculos políticos. Essa cobertura da imprensa pode afetar o apoio interno à participação brasileira nessas operações. (FONTOURA, 1999, p. 243)

Outro aspecto negativo é o questionamento sobre os interesses da participação nas OMP e sobre a conduta da tropa. Em entrevista à publicação eletrônica multimídia Carta Capital, em abril de 2014, o pesquisador haitiano Franck Seguy, que concluiu seu doutorado na Unicamp, com a tese *A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti*, afirmou que atuação das forças brasileiras no Haiti não é o que a mídia mostra. Seguy (2014) acusa o Brasil de agir como uma força “subimperialista” dos EUA, defendendo interesses comerciais desses e os de acesso à

cadeira no Conselho de Segurança da ONU e o aprofundamento de laços comerciais por parte do Brasil. Além disso, o pesquisador acusa as tropas brasileiras de atuarem de forma repressiva e violenta, mantendo o país na precariedade em que está, afirmando ainda que o povo haitiano deseja a retirada imediata das tropas.

O povo haitiano usa a palavra “turistah”. É um jogo de palavras entre “turista” e “Minustah”. Ou seja, é para o soldado que está fazendo turismo. Ele só tem duas coisas a fazer: repressão em momentos de luta aberta e passeio nas belas praias quando não há luta. É isso que faz o soldado brasileiro no Haiti. (SEGUY, 2014)

Seguy planeja publicar um livro com sua tese. Documentos como esse e como o de Joël Léon, da Anistia Internacional, chamado *Haiti: a primeira vítima da tentação imperial do Brasil*, denigrem a imagem do país e afetam a integridade moral do Exército Brasileiro, que passa a ter sua credibilidade tão mais ameaçada quanto maior a sua participação em operações de manutenção da paz.

Com a análise dos aspectos positivos e negativos da participação de tropas do Exército Brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas, infere-se que os negativos podem ser evitados, controlados ou remediados, na maioria dos casos, internamente pelo próprio EB, e em outros, em coordenação com outros órgãos da Presidência da República, enquanto os positivos suplantam em muito a importância dos últimos, de forma que a participação do EB, de maneira geral, é um fator extremamente positivo para a Força sob vários prismas.

A influência e a importância, para o Exército Brasileiro, de sua participação nas operações de paz das Nações Unidas

O período recente em que o Brasil assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como no Haiti (2004) — comando do componente militar — e no Líbano (2011) — comando do braço marítimo —, trouxe grande prestígio à política externa do país, aumentando a projeção brasileira no cenário mundial (BRASIL, 2015b).

O general de divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz, comandante das tropas na Missão da ONU no Congo (MONUSCO) de 2013 a 2015, foi selecionado pela ONU para essa importante missão, devido à sua excepcional atuação como comandante na MINUSTAH. Cabe lembrar que a MONUSCO contou, à sua época, com um efetivo com mais de sete mil soldados de diferentes nações. As operações comandadas pelo general Santos Cruz na MINUSTAH, “Blue House” e “Jauru Sudamericano” — esta última considerada a maior operação de combate já realizada no Haiti —, foram um ponto de inflexão na estabilização do Haiti (DEFESANET, 2013) e ponto fundamental de sua escolha. O prestígio obtido em favor do EB no contexto internacional, demonstrada a elevada capacidade de nossos militares em todos os níveis, se configura em importante fator dissuasor de ameaças contra a soberania nacional.

As OMP são excelentes oportunidades para se adestrar e testar a logística militar. Essas operações demandam deslocamento e manutenção de tropas em operação a gran-

des distâncias, além de favorecer as operações logísticas conjuntas com a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil. Quer no movimento de pessoal, quer no transporte de material, essas operações logísticas têm ocorrido com pleno sucesso, ficando patente a capacidade do Brasil e de suas Forças Armadas em movimentar tropas para onde seja necessário, causando efeito dissuasório de ameaças em âmbito internacional e atestando o profissionalismo do soldado brasileiro.

O ambiente em que as OMP estão inseridas, no contexto da ONU, exige do componente militar a execução de ações de cooperação civil-militar (CIMIC). Nesse sentido:

As atividades de CIMIC são essenciais, pois fortalecem o relacionamento entre forças militares, autoridades civis e a população nativa da área sob a responsabilidade de uma autoridade militar, a fim de contribuir para o cumprimento da missão de um contingente militar e garantir um ambiente seguro e estável. (BRASIL, 2014b, p 7-23)

Dessa forma, o adestramento do EB em operações CIMIC nos OMP capacita o militar brasileiro a atuar nesse tipo de operação em qualquer outro tipo de conflito em que venha a tomar parte, além de servir de referência para a relação e parceria do Exército com organizações civis no Brasil.

Segundo o general José Ricardo Vendramin Nunes, antigo comandante do CCO-PAB, em entrevista à DEFESANET (2015b), a manutenção da capacidade operativa permitiu que o Exército aplicasse com êxito o modelo adotado na MINUSTAH na pacificação de territórios dominados por gangues

criminosas nos bairros pobres do Haiti como base para as intervenções exitosas realizadas no Rio de Janeiro (Morro do Alemão, Complexo da Penha e da Maré). A atuação exitosa nessas operações interagências com as forças de segurança pública foi em muito facilitada, pois vários militares, em todos os níveis hierárquicos, que tiveram participação nas forças de pacificação e que atuaram nas comunidades cariocas, já haviam vivido experiência semelhante no Haiti, o que lhes conferiu adestramento e autoconfiança para atuar no Brasil, guardadas as devidas proporções e aspectos legais diversos.

Além disso, a experiência brasileira no Haiti em operações urbanas tem grande valia do ponto de vista operativo do combate moderno. Cada vez mais, os conflitos atuais se afastam do ambiente rural para o interior das cidades. Para comprovarmos a assertiva, basta observarmos o ambiente das guerras recentes travadas no Afeganistão, Iraque, Líbia e outros lugares onde os embates se deram pela disputa do controle das cidades em um ambiente de operações no amplo espectro.⁵

Segundo o *site* DEFESANET (2015a), com informações obtidas junto ao Comando Militar do Sul, a BRAENGCOY, em operação no Haiti, realizou uma quantidade considerável de trabalhos. Esses trabalhos, que ajudaram na melhoria da qualidade de vida do povo haitiano, propiciaram aos diversos contingentes que se sucederam o adestramento em situação real, similar à que pode ser encontrada em uma Zona de Administração em combate, dando grande importância operativa ao adestramento e experiência ganhos pelas tropas de engenharia.

Segundo o general Santos Cruz, as OMP obrigam os militares a exercitar a flexibilidade, iniciativa, ação, vontade e determinação, além do destemor diante dos riscos. Esses atributos são imprescindíveis para quem atua em “sistemas complexos” como as operações de paz (BRASIL, 2015a). Atrelada a eles, segue a liderança em todos os níveis da hierarquia militar. É certo que a participação das tropas nas OMP prepara e testa cada soldado e cada comandante no exercício desses atributos, e isso é extremamente positivo para a manutenção da capacidade operativa de uma força armada, uma vez que é notório que o principal instrumento de combate é o ser humano.

De forma geral, pode-se inferir que a participação brasileira em OMP, em especial a partir do início da concentração de tropas para a MINUSTAH, obrigou o Exército a evoluir na preparação das tropas para serem enviadas ao exterior, além de trazer à baila a necessidade de se manterem os efetivos militares em adestramento constante. Verificou-se ainda que, fruto desta participação e da experiência que se vem acumulando na Força, a necessidade de meios modernos, disponíveis, eficientes e adequados é fundamental fator de sucesso das operações, e que o EB tem respondido bem à demanda no sentido de se modernizar, se reaparelhar e se adequar às necessidades das tropas em operação, o que se reflete no aumento da capacidade militar.

Conclusão e recomendações

A capacidade de empregar a estratégia da dissuasão⁶ consiste em ideia dorsal da

defesa nacional brasileira, sendo um dos instrumentos da política externa de qualquer país para a defesa de seus interesses. Neste íterim, a participação do Exército Brasileiro em operações de paz tem colaborado para a defesa nacional, uma vez que a excelência de nossas tropas, atuando em missões dessa natureza, é fator constantemente mencionado em fóruns de debates oficiais e não oficiais sobre o tema. Assim, o EB não pode abrir mão de atuar cada vez mais em operações sob a égide das Nações Unidas, pois elas colaboram sobremaneira para cumprimento da missão constitucional da Força Terrestre de defender a pátria, garantindo a soberania nacional.

Verifica-se que os militares que participam enquadrados como tropa nas operações da ONU adquirem um excelente nível de adestramento, fruto do seu treinamento inicial — antes do embarque para a área de operações —, que é complementado pela prática constante do dia a dia das operações em ambiente de conflito. Esse tipo de ambiente não pode ser representado ou simulado em solo nacional com o realismo necessário para se obter resultado semelhante. O adestramento e a *expertise* adquiridos se infiltram por toda a Força Terrestre por ocasião do retorno desses militares, e, conseqüentemente, a disseminação do conhecimento e das boas práticas pela instituição oxigena a Força e colabora para a manutenção de altos índices de capacidade operativa.

Em virtude das experiências em Angola, Timor Leste e, principalmente, no Haiti, observa-se que vários tipos de tropas podem ser empregados em OMP, desde que enquadrados nas necessidades particulares de cada

missão. Portanto, todas as funções de combate⁷ podem participar do cumprimento das missões de paz, possibilitando, assim, o emprego no exterior de um amplo espectro de especializações militares nessas operações, o que resultará no retorno ao país de recursos humanos treinados, que disseminarão seu conhecimento e experiência em todo o território nacional, ampliando a operacionalidade e adestramento do Exército.

Assim, a participação do Exército Brasileiro com tropas em OMP deve privilegiar, não só o emprego das armas-base, mas também a participação de tropas logísticas e de apoio ao combate, uma vez que estas são tão importantes quanto as tropas de infantaria e cavalaria no desenrolar de qualquer conflito. Assim, os ensinamentos colhidos por essas tropas também serão de grande valia para a manutenção de elevado nível de adestramento da Força. Nesse sentido, sugere-se que o envio de contingentes para missões da ONU não só continue seguindo o padrão da MINUSTAH, onde as tropas de arma-base estão apoiadas por elementos de diversas armas, quadros e serviços, mas que se busque o envio de outros tipos de tropa como frações constituídas combinadas com tropas de outros países.

Quanto mais especializadas as unidades enviadas ao exterior, maiores serão os benefícios para a Força. Assim, cabe o estudo do envio de tropas, não somente de infantaria “pura” (a pé ou motorizada), mas de unidades especializadas atuando de acordo com suas especificidades, tais como a infantaria mecanizada, com suas novas viaturas Guarani,⁸ projetando esta viatura no cenário internacional. Da mesma forma, ter-se-ia um

grande ganho com o emprego de uma fração de comunicações especializada em guerra eletrônica e guerra cibernética, atuando em um ambiente de espectro eletromagnético e idioma diversos dos existentes no ambiente operacional do Brasil; de um hospital de campanha dotado de recursos humanos e meios necessários a seu desdobramento, operando em terreno inóspito e sem as facilidades presentes no território nacional; de uma fração de helicópteros operando em espaço aéreo diferente do brasileiro, sujeito a condições climáticas e controle de tráfego aéreo específico, que obrigaria nosso pessoal de aviação a reavaliar seus procedimentos operacionais e aperfeiçoá-los, ampliando sua capacitação; além do envio de um pelotão de infantaria dotado das embarcações Guardian 25⁹ para a realização de patrulhamento e operações ribeirinhas, entre outras possibilidades de emprego.

Segundo informações obtidas na Seção de Missões de Paz do Estado-Maior do Exército, atualmente encontra-se em estudo o envio de tropas a outras missões no exterior para compensar o decréscimo de efetivos no Haiti e manter o atual efetivo em OMP. Entre as hipóteses levantadas, estão sendo estudadas as de enviar uma companhia de segurança à MINUSCO e/ou um batalhão para compor a brigada da Espanha que opera na UNIFIL. Logicamente, o estudo do Exército deve ser aprovado no Congresso Nacional — exigência para o envio de tropas ao exterior —, o que não é tão simples, tendo em vista que muitas vezes o Executivo e Legislativo federais não veem com bons olhos a exposição das tropas brasileiras em operações de maior risco, além do impacto financeiro das

OMP. Ao contrário, pelo que foi estudado e apresentado, a Força Terrestre parece estar disposta a enfrentar maiores desafios e ampliar sua participação no exterior.

Assim, a *expertise* obtida nas OMP e posteriormente difundida no Exército Brasileiro resulta em ganho da capacidade operativa da Força e motiva seus recursos humanos. Vale ressaltar a necessidade de se priorizarem, para as futuras OMP, os militares que ainda não tenham sido enviados ao exterior como integrantes de contingente, visando atingir o maior número possível de militares com experiência, como tropa, fora do país, o que permitirá maior difusão dos conhecimentos e experiências em todo o Exército.

Por fim, para que não ocorram deslizos quanto à participação da Força nas operações de paz da ONU, vale mencionar o pressuposto básico citado por Cardoso (1998, p. 142):

Referências

ARANHA, Oswaldo. **Discurso na Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas** [SL], 1947.

Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da ONU (ABFIPONU). **A Participação Brasileira nas Forças de Paz da ONU**. Disponível em: <www.abfiponu.org.br/historia02.html>. Acesso em: 01 abr. 2015. BRASIL.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, Rio de Janeiro. **NBR 6023: Informação e documentação: referências - elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional e dá outras providências**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências**. Brasília, DF, 2008.

[...] é importante sublinhar que a opção por participar ou deixar de participar não se atém, nem se esgota, no plano externo. Deve refletir o interesse nacional, e sobre ele influi. É opção soberana e atributo, no mínimo, importante da dimensão externa do Estado como nação organizada. Importa exercê-la, plena e seletivamente.

Portanto, apesar não haver questionamentos de que os interesses do Exército Brasileiro sejam sempre alinhados com os interesses do Brasil, a Força Terrestre deve buscar o envio de tropas que reflitam o interesse nacional, muito mais que o interesse próprio, de partidos ou de outras instituições e organizações no contexto nacional, regional e internacional, não permitindo que grupos, nações ou outros interessados venham a tomar proveito do suor e da vida de seus homens, a não ser a favor da nação pela qual prestaram solene juramento. 🌐

_____. Exército. Estado-Maior. **C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2014a.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.103: Operações**. 4. ed. Brasília, DF, 2014b.

_____. Exército. **Missões de paz**. Disponível em: <www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/apresentacao.htm>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. 3. ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Exército. **O Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA)**. Portaria do Comandante do Exército nº 001-Res, de 27 de fevereiro de 2012, Brasília, 2012. Extrato disponível em: <www.eb.mil.br/web/proforca/downloads>. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Presidência da República. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Brasil sedia painel sobre operações de paz da ONU**. 31 mar. 2015a. Disponível em: <www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/03/brasil-sedia-painel-sobre-operacoes-de-paz-da-onu>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério da Defesa. **Relações Internacionais – Missões de Paz**. Disponível em: <www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/>. Acesso em: 10 ago. 2015b.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4783&catid=218&Itemid=435&lang=pt-BR/>. Acesso em: 21 jun. 2017.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 1998.

DEFESANET. **BRAVO! DefesaNet entrevista o General Santos Cruz**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/10620/BRAVO---DefesaNet-entrevista-o-General-Santos-Cruz>. Abr. 2013. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Forças Armadas Brasileiras no Haiti**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/19294/Forcas-Armadas-Brasileiras-no-Haiti-/>. Jun., 2015a. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Missão no Haiti torna Brasil referência em treinamento de forças de paz**. Disponível em: <www.defesanet.com.br/ph/noticia/19227/Missao-no-Haiti-torna-Brasil-referencia-em-treinamento-de-forcas-de-paz/>. Maio 2015b. Acesso em: 11 ago. 2015.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: FUNAG, 1999.

JÚNIOR, Armando José Crescencio. **O Emprego dos Esquadrões de Fuzileiros Mecanizados de**

Força de Paz no Haiti: Contribuições para a Tropa Mecanizada. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2013.

NAÇÕES UNIDAS, ORGANIZAÇÃO DAS (ONU). **Carta das Nações Unidas**. Nova Iorque: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.

_____. **“Summary of Contributions to UN Peacekeeping by Country, Mission and Post”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 31 mai. 2017. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_3.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **“Summary of Military and Police Personnel by Mission and Post”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 31 mai. 2017a. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2017/may17_6.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. **“UN Mission’s Summary detailed by Country”**. Nova Iorque: Nações Unidas, 30 set. 2015. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2015/sep15_3.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

KAWAGUTI, Luís. **O Brasil vai enviar tropas para outra missão de paz após deixar o Haiti?**. BBC Brasil, 14 out. 2016. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/internacional-37648987>. Acesso em: 21 jun. 2017

OLIVEIRA, EDSON DE. **A ampliação da participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU): o caso Haiti**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2010.

SALVADOR, Caroline Alves. **O Brasil e as Operações de Paz das Nações Unidas**. Dissertação (Mestrado em Direito: Área De Especialização: Ciências Jurídico-Internacionais) - Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2007.

SANTOS Carlos Alexandre Geovanini dos, **Emprego de Blindados no Haiti “Operação Liberté”**. Revista Ação de Choque do Centro de Instrução de Blindados. Nº 006 p 03-08, Santa Maria RS, ano 2007. Disponível em: <www.cibld.ensino.eb.br/index.php/downloads/periodicos/acao-de-choque/file/171-acao-de-choque>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SEGUY, Franck. **Dez anos da ocupação militar no Haiti: “o povo quer que as tropas saiam já”**. <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Dez-anos-da-ocupacao-militar-no-Haiti-o-povo-quer-que-as-tropas-saiam-ja-/6/30985>. Carta Maior Abr. 2014. Acesso em: 01 set. 2015.

SEITENFUS, R. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz**. In: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). (Org.). **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008, p. 39-58.

SILVA, Lélío Gonçalves Rodrigues da. **Uma Missão de Paz na África**. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 2005.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

- ¹ A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em 1919, com o término da 1ª Guerra Mundial, e autodissolvida em 1946, fruto da sua incapacidade de impedir a 2ª Guerra Mundial. Considerada a precursora da ONU, tinha como objetivo reunir todas as nações para, com atos de mediação e arbitragem entre os países-membros, manter a paz e a ordem mundial, evitando-se novos conflitos.
- ² O terremoto ocorrido no Haiti em 12 de janeiro de 2010 foi catastrófico. Teve seu epicentro a cerca de 25km da capital haitiana, Porto Príncipe, e alcançou a magnitude 7,0Mw com uma série de pelo menos 33 réplicas sismológicas, 14 das quais de magnitude acima de 5,0Mw, causando grandes danos às cidades de Porto Príncipe, Jacmel e arredores. Estima-se que entre 100.000 a 200.000 pessoas morreram no evento.
- ³ A instrução curricular da matéria eletiva contrainsurgência era de responsabilidade do tenente-coronel Paim, do exército da Espanha, auxiliado pelo major Grygar, do exército dos Estados Unidos da América, ambos especialistas na área, e estava sendo ministrada pelo major Waacas, do exército do Paquistão, versando sobre o combate, do qual fez parte, à contrainsurgência, desenvolvido pelo seu país contra as forças terroristas na fronteira do Paquistão com o Afeganistão.
- ⁴ O Cloridrato de Mefloquina é um medicamento antimalárico oral usado na prevenção e tratamento de malária. Estudos indicam que o uso desse medicamento pode causar Epilepsia (risco aumentado de convulsão); doença cardíaca e outras reações adversas, porém esses estudos não são conclusivos.
- ⁵ Operações no amplo espectro: “É o Conceito Operativo do Exército, que interpreta a atuação dos elementos da F Ter para obter e manter resultados decisivos nas operações, mediante a combinação de Operações Ofensivas, Defensivas, de Pacificação e de Apoio a Órgãos Governamentais, simultânea ou sucessivamente, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos armados, em situações de Guerra e de Não Guerra” (BRASIL, 2014a, p. 30).
- ⁶ A estratégia da dissuasão “consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam” (BRASIL, 2004, p 3-11).
- ⁷ Função de Combate – é um conjunto relativamente homogêneo de atividades e tarefas afins, que atendem a uma finalidade comum, além dos sistemas empregados na sua execução (pessoas, organizações, informações e processos), que orienta o preparo e o emprego dos meios no cumprimento de suas missões. (BRASIL 2014, p. 75)
- ⁸ A viatura blindada para transporte de tropa média de rodas Guarani (VBTP-MR Guarani) foi concebida pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, em parceria com a Iveco Defesa e vem substituindo as viaturas Urutu e Cascavel, fabricadas pela Engesa, e é a espinha dorsal da infantaria mecanizada do Exército Brasileiro.
- ⁹ As lanchas Guardian 25 são embarcações táticas com vocação para emprego em ações de interceptação. Fabricadas nos EUA, integram o Programa Estratégico SISFRON e destinam-se a dotar as OM do EB com responsabilidade de patrulhamento ribeirinho, especialmente na faixa fronteira.

